

GRAMSCI E O JORNALISMO: AÇÃO POLÍTICA, PROJETO CULTURAL E PROGRAMA SOCIOLÓGICO
GRAMSCI AND JOURNALISM: POLITICAL ACTION, CULTURAL PROJECT, AND SOCIOLOGICAL PROGRAM

JOSÉ RICARDO CARVALHEIRO
Universidade da Beira Interior
jose.carvalho@labcom.ubi.pt
<https://orcid.org/0000-0003-3917-5230>

Texto recebido em / Text submitted on: 11/10/2022
Texto aprovado em / Text approved on: 08/02/2023

Resumo:

O pensamento de Gramsci sobre jornalismo, amplo e fragmentário, tem ocupado um lugar menor nas leituras da sua obra, ao contrário do que merece. Neste artigo juntamos todas as suas reflexões teóricas sobre o tema, que estão dispersas desde textos de imprensa dos anos 1910 até a um dos últimos Cadernos do Cárcere, escrito em 1934, precisamente sobre jornalismo. Estreitamente ligada ao projeto moderno de instrução e emancipação humana, a visão de Gramsci acerca da imprensa é indissociável da sua ação política, mas transcende-a, com uma vertente de análise sociológica que foi pioneira no campo marxista e olhou historicamente a incorporação do público popular num contexto mercantil.

Palavras-chave:

Gramsci; Jornalismo; História; Cadernos do Cárcere; Imprensa.

Abstract:

Wide and fragmented, this Gramscian thought about journalism has been neglected within his theoretical work. In this article, we revisit the whole of its writings on the subject, based on the Prison Notebooks and in previous texts published in newspapers since the years 1910's. The idea of journalism as part of the modernity project of human emancipation had with Gramsci a notable and pioneering Marxist interpretation, as he developed a *praxis* of the press, but also a body of reflections about it. Not detachable from his political action, Gramsci's ideas about journalism have a sociological viewpoint which looks at the incorporation of popular public by the market press as a historical process.

Keywords:

Gramsci; Journalism; History; Prison Notebooks; Press.

Introdução

Tem sido negligenciado que, enquanto o Gramsci jornalista foi um ideólogo de partido e um articulista de largo espectro cultural, também o Gramsci teórico produziu um pensamento substancial sobre jornalismo, na linha que tornou antidogmático o seu marxismo. Neste artigo procuramos sintetizar a totalidade das reflexões gramscianas acerca da imprensa, contextualizando-as com apontamentos biográficos e relevando a sua visão do jornalismo como campo dúctil e complexo, nem de mero exercício hegemónico nem de simples autonomia.

Antonio Gramsci (1891-1937) foi preso aos 35 anos, esteve doente nos cárceres do fascismo durante cerca de uma década, só foi libertado às portas da morte. Não deixou um único livro escrito e já parecia longínqua a intensa atividade que desenvolvera entre 1914 e 1926 como jornalista, revolucionário e dirigente comunista. Porém, postumamente tornou-se uma eminência do marxismo ocidental e foi-se afirmando nas academias, com o auge entre as décadas de 1960 e 80, mas sem que o próprio fim do eurocomunismo tenha dissipado as suas ideias, que continuam, sobretudo com base nos 33 cadernos manuscritos no cárcere entre 1929 e 1935, a ser até hoje objeto de apropriação. Nas leituras sistemáticas da sua obra, curiosamente, não figuram tanto as ideias acerca do jornalismo e da imprensa, facto que se deverá a diversas razões.

Uma delas será a sensação de que o jornalismo sobre o qual Gramsci escreveu corresponde a uma realidade caducada no Ocidente. As suas análises estariam hoje «ultrapassadas» por assentarem numa visão «da imprensa como instrumento de organização política e de promoção ideológica», que o próprio declínio dos «jornais de partido» evidenciaria serem agora inúteis (Richeri 2005: 88).

Outra razão será a dispersão temática dos escritos sobre jornalismo. Além de ideias fragmentadas, muitas delas apenas em esboço ou como anotação para intenções futuras (que nunca se puderam concretizar), a sua conceção epocal do que era o jornalismo engloba uma grande disparidade de formas, desde revistas científicas até aos romances em folhetim, passando por almanaques ou boletins paroquiais.

O percurso biográfico de Gramsci também pode gerar uma sensação de falta de unidade nas suas ideias acerca da atividade jornalística. Existem consideráveis diferenças de perspetiva entre os artigos dos jornais *Avanti!* ou *Ordine Nuovo* que em 1918 ou 1920 exprimem as ideias do publicista revolucionário acerca da imprensa e, por outro lado, algumas notas escritas na prisão na década de 1930.

Por fim, o caderno do cárcere especialmente dedicado ao jornalismo, e assim rotulado pelo próprio Gramsci, só começou a ser escrito em 1934 (após transferência, sob cativo, para uma clínica em Roma), quando os problemas de saúde já tinham atingido proporções que o impediam de prosseguir com o vigor intelectual de fases anteriores (Gerratana 1977: xxix).

Mas o facto de Gramsci, após anos de notas avulsas, ter iniciado um caderno dedicado ao jornalismo sugere um interesse crescente na reflexão sobre o tema.

A par de um conjunto de estudos sobre aspetos parcelares da sua relação com a imprensa, existem em língua italiana algumas compilações de textos de Gramsci sobre o tema, nomeadamente uma seleção das notas do cárcere (Gramsci 1991) e dois volumes recentes, publicados no 80º aniversário da sua morte: uma coletânea que mistura artigos jornalísticos e textos sobre jornalismo (Gramsci 2017a) e um volume que se concentra nos Cadernos do Cárcere, reunindo os excertos neles dispersos (Gramsci 2017b).

O que aqui propomos é, por sua vez, uma leitura transversal da teoria gramsciana, ao mesmo tempo sintética e global. Às 16 páginas do caderno 24 dedicado ao jornalismo, juntamos como objeto de análise toda a série de notas espalhadas pelos restantes Cadernos do Cárcere, assim como as

alusões ao jornalismo a propósito de outros temas ao longo dos mesmos volumes, e ainda um leque de artigos dispersos que foram escritos na imprensa até 1926.

Para os Cadernos do Cárcere usamos como fonte o volume editado por Valentino Gerratana (Gramsci 1977). Assinalamos a origem das referências e citações com as iniciais da obra (CC), seguida do número de página. Os textos de jornais são identificados por referência a cada título em notas explicativas. As traduções para português são da nossa responsabilidade.

Sendo imperioso ler Gramsci à luz da sua biografia e ter em conta a pragmática da sua atividade intelectual, a análise incorpora as diferenças entre fases, nomeadamente entre a de publicista e a do encarceramento, na primeira das quais se reflete uma atitude mais instrumental acerca do jornalismo e na segunda uma atitude mais analítica.

Ainda que a visão política nunca abandone os escritos de Gramsci, o seu pensamento sobre jornalismo desdobra-se em três planos: o plano da análise (reflexões e diagnósticos da realidade, geralmente críticos), o plano da ação (ideias orientadas para um fim político) e o plano da investigação (notas e projetos para estudos futuros). Estes planos interseccionam-se com frequência nos textos, mas é útil ter a distinção em mente.

O jornalismo na vida do jovem Gramsci

O primeiro papel que o jornalismo teve na vida de Gramsci, adolescente pobre no interior da Sardenha, foi como parte crucial do processo formativo. As suas leituras juvenis incluem a imprensa socialista, com o *Avanti!*, órgão do Partido Socialista Italiano (PSI). Quando vai para o liceu em Cagliari lê o semanário político-cultural *Il Viandante* e várias revistas que serão férteis para o seu trajeto intelectual. Uma delas é *La Critica*, editada pelo filósofo Benedetto Croce, cujo idealismo, mais tarde repudiado por Gramsci, contribuiu para a preponderância do aspeto ideológico na sua teoria; outra é *L'Unità*, onde a “questão meridional” italiana alimentaria o seu pensamento sobre as classes subalternas.

Em 1910, Gramsci estreia-se como correspondente do jornal *L'Unione Sarda* com uma crónica sobre as eleições numa comuna rural;

o alargamento do sufrágio, testemunhado na Sardenha, seria relevante para a sua compreensão das mudanças produzidas na política com a participação das classes populares. Além de se envolver no movimento socialista, o Gramsci juvenil colhe na imprensa visões pluralistas e abrangentes, numa época em que a noção de jornalismo abarcava uma ampla gama de publicações periódicas e tinha no centro a vigorosa participação dos intelectuais.

A pequena bolsa que permitiu a Gramsci ir para a Faculdade de Letras e Filosofia em Turim não o livrou de uma experiência de privações, mas fê-lo dedicar-se intensamente ao estudo e levou-o a aproximar-se do movimento operário e a colaborar no jornal dos socialistas turineses *Il Grido del Popolo* a partir de 1914, intervindo acerca da posição italiana na Grande Guerra e continuando depois a escrever sobre temas sociais e literários. Em 1915 interrompe os estudos para se dedicar inteiramente ao jornalismo, passando a participar também na redação do *Avanti!* em Turim, onde toma a cargo a crônica teatral, notas de costumes e artigos políticos. Começa então um período em que a sede do jornal se torna permanente lugar de encontro e discussão e onde, segundo um dos seus biógrafos, Gramsci:

no meio de grandes montes de livros, pilhas desordenadas de jornais, provas para corrigir (...), escrevia, estudava, escutava os operários e os correspondentes das fábricas, os secretários políticos e sindicais da cidade e da província, os jovens universitários, os membros das comissões internas que iam vê-lo sobretudo ao entardecer (Fiori 1968: 141).

Datam desta fase os primeiros escritos sobre a imprensa, «Os jornais e os operários» e «O jornal-mercadoria», publicados no *Avanti!* em 1916 e 1918. Já estão aí, em gênese, várias das dimensões com que o pensamento gramsciano abordará o jornalismo – a cultural, a ideológica, a económica, a profissional – e que se inserem na sua contribuição original no seio do marxismo, ao colocar a cultura e a ideologia no centro da análise política.

No plano da ação, o jovem revolucionário via os jornais como eixo de um debate que pretendia constante. «As discussões “exteriores” foram, durante o primeiro ano de vida e de trabalho, pode dizer-se que ininterruptas. (...) Vemos nisso um sinal de vitalidade das nossas ideias e do jornal, organismo de pensamento e ação», escrevia Gramsci no *Ordine*

Nuovo, semanário criado em 1919 e fulcral na organização do movimento operário no «biénio vermelho»⁽¹⁾. Em 1925, já como dirigente do Partido Comunista (PCI) e com o fascismo no poder, Gramsci lamentava a falta de debate no próprio partido: «Por reação contra o habitual costume do Partido Socialista, em que se discutia muito e resolvia pouco (...), no nosso partido acabou por não se discutir coisa nenhuma. A centralização (unidade de perspectiva e conceção) tinha-se transformado numa estagnação intelectual»⁽²⁾.

Bem no âmago da «filosofia da *praxis*» estava a noção de cultura popular, e a sua visão comunicacional nada tinha de inculcação ideológica nas massas.

Os Cadernos do Cárcere e outros escritos

Aspeto fundamental da conceção que Gramsci tem do jornalismo é a visão dialética entre a imprensa e os «movimentos culturais». Um conjunto de jornais e revistas nasce e alimenta-se de um «movimento cultural» e, por sua vez, constitui uma força formadora e motriz das instituições culturais desse mesmo movimento (CC: 790), visão que radica na própria experiência publicista:

O nexo de problemas que o *Ordine Nuovo* sustentou e elaborou, fundando-se na psicologia e nas experiências positivas dos operários turineses, reunindo e organizando sistematicamente os milhares de vozes que os seus redatores recolhiam nas reuniões operárias, nas assembleias do partido e dos sindicatos, nas conversações (...) impôs-se à atenção e ao estudo dos melhores elementos operários dos outros centros industriais (Gramsci 1975: 472-3)⁽³⁾.

(1) O *Ordine Nuovo* foi criado por Gramsci em conjunto com Palmiro Togliatti (futuro líder do PCI) e outras figuras da fração comunista do Partido Socialista que viriam a abandonar o PSI e a formar o Partido Comunista Italiano em 1921. O biénio 1919-1920 ficou conhecido como «vermelho» devido à ação dos conselhos de fábrica, dos quais Gramsci foi teórico «da *praxis*». O excerto transcrito foi publicado em 12/6/1920.

(2) In «Necessidade de uma preparação ideológica de massas», texto escrito em 1925 e publicado na revista do PCI, *Lo Stato Operaio*, em março-abril de 1931. Traduzido e publicado em português no volume 4 de Escritos Políticos (Gramsci 1976: 26).

(3) Artigo originalmente publicado no *Ordine Nuovo* em 28/2/1920.

Ver o jornalismo como instância de produção e coordenação de uma «cultura» e como forma de organização social mantém-se como prisma de análise uma década depois, nos primeiros cadernos do cárcere, estando longe de se cingir ao movimento operário. Quando aborda o processo histórico em França, vê a imprensa incrustada na dinâmica dos blocos sociais que se vão formando e modificando consoante as relações de forças internas e as interações com o exterior.

Nessa análise, a multiplicidade de jornais prenhes de polémicas, a par de múltiplos partidos e frações parlamentares em luta encarniçada, não era, para Gramsci, sinal de desagregação, mas «um mecanismo de seleção de personalidades políticas capazes de dirigir (...), um aperfeiçoamento contínuo do estado-maior político» (CC: 654-5). O sistema da imprensa francesa é visto como parte do movimento cultural próprio da burguesia, cuja orgânica assentava na disputa de frações, mas que eram politicamente afins no essencial (e opostos, não só ao sector operário «não organizado», mas até 1914 sobretudo ao bloco formado pelos sectores aristocráticos, eclesiásticos e militares).

Noutra nota, Gramsci estabelece, pelo contrário, uma ligação entre a imprensa estatal e o poder oligárquico da aristocracia, comentando a vontade de Napoleão III conceber um jornal gratuito para todos os eleitores, capaz de mantê-los informados e de educá-los com as colaborações mais ilustres, deixando de fora a polémica. «A concepção dos jornais do Estado está logicamente ligada às estruturas governativas iliberais», escreve (CC: 734).

As dinâmicas concatenadas da imprensa e dos grupos sociais são de novo abordadas no caderno de 1934 sobre jornalismo, onde Gramsci esboça a ideia de investigar a história da imprensa italiana através dos jornais conservadores com maior difusão. Aborda as transformações do campo conservador olhando o complexo mutável de alianças entre estratos sociais e os processos de substituição de elites dirigentes em articulação com os programas ideológicos dos jornais: o «vago laicismo democrático» do *Secolo* torna-se no *Corriere della Sera* «um nacionalismo menos popular e democratizante» (CC: 2262).

Os jornais são vistos como pontos de articulação que ao mesmo tempo acolhem, constituem e refletem movimentos sociais e políticos. Dentro do campo marxista da época, este ângulo cultural e ideológico era original e contracorrente. O Gramsci de 1929-34, já tendo substituído a ação político-jornalística por «um ponto de vista

desinteressado»⁽⁴⁾ e um horizonte teórico desligado do imediato, estava nesse momento a ser pioneiro de uma sociologia marxista do jornalismo.

Outro ponto do programa de investigação que Gramsci vai anotando nos Cadernos do Cárcere é a intenção de realizar um estudo transnacional comparando jornais das grandes capitais europeias (CC: 1846-7). Aponta uma série de linhas de pesquisa: (1) analisar diários de um dia determinado (em que se registre um acontecimento importante, para haver termos de comparação), tendo também em conta as edições de uma semana ou ciclo completo de rubricas e suplementos; (2) alargar a análise à imprensa periódica de todas as espécies (até aos boletins paroquiais), na sequência da publicação do «diário-tipo»; (3) recolher dados sobre tiragens, pessoal, direção, financiadores e publicidade, para reconstituir o mecanismo editorial que difunde continuamente determinadas tendências ideológicas; (4) estabelecer as relações entre a imprensa da capital e a da província, para traçar a sua organização territorial, diversa de país para país.

A noção que Gramsci tem da imprensa como sistema orgânico está presente noutros textos, como quando aborda os jornais italianos em termos de correntes e *trusts* ligados a sectores económicos, profissionais e políticos (CC: 103-4), ou quando mapeia a imprensa alemã através de «três grandes concentrações jornalísticas» e elenca as suas casas editoras, as tendências ideológicas, os temas privilegiados, os estilos jornalísticos, os tipos de público e as ligações entre órgãos (CC: 182-3).

O olhar orgânico dá a ver a imprensa como um campo que, por um lado, agrupa conjuntos de publicações em núcleos, requerendo uma apreensão integrada de cada um deles, e que, por outro lado, tem em cada núcleo (e em cada jornal) um complexo cultural-económico-ideológico que apela a estudos multifacetados para compreender completamente o seu carácter.

Economia política dos jornais

O paradigma marxista acentua as relações entre o económico e o político e coloca-as num quadro do conflito de classes, mas a atenção de

(4) Palavras do próprio Gramsci, exprimindo a sua atitude na prisão em carta de 1926 (citada in Gerratana 1977: xvi).

Gramsci às bases materiais do jornalismo prova que o seu marxismo não é cultural ou ideológico num sentido redutor e que algumas das suas ideias contêm também sementes comuns a futuras correntes materialistas no estudo dos *media*.

A vertente económica da imprensa é o tópico em que as ideias de Gramsci mais se alteram entre os artigos de jornalista político e os escritos mais analíticos dos Cadernos do Cárcere. Os textos publicados no *Avanti!* e no *Ordine Nuovo* sublinham o contraste entre a natureza mercantil do «jornal burguês» e o projeto de «ação cultural» de um jornal socialista. Isso não significa, porém, que Gramsci não aborde já aspetos de uma economia da imprensa. A sua crítica não é que os jornais funcionem dentro de uma racionalidade económica, mas sim que o negócio seja – na prosa vivaz de jovem radical – o de «uma mercearia cheia de bagatelas, adornada com todos os espelhos que chamam a atenção»⁽⁵⁾, perspectiva que, no fundo, Gramsci mantém nos Cadernos, ao apontar a «atitude demagógico-comercial» daquela imprensa que «quer tirar partido das tendências mais baixas» do público (CC: 1029).

O *Ordine Nuovo*, que recusava ver-se como empresa comercial, apelava aos «companheiros» assinantes para não pensarem «em si mesmos como clientes desiludidos por receberem frequentemente com atraso a “mercadoria”»⁽⁶⁾, mas procurava expandir a difusão para «tornar possível contratar um administrador e para melhor serviço aos assinantes e leitores»⁽⁷⁾. Existe, portanto, uma economia do jornal (mesmo no não «burguês») a que Gramsci vai dando atenção crescente e a que, nos Cadernos, já parece admitir o contexto irrecusavelmente mercantil em que, por sua vez, aponta as especificidades da imprensa:

O problema fundamental de qualquer periódico (diário ou não) é assegurar uma venda estável (possivelmente em contínuo incremento), o que significa a possibilidade de construir um plano comercial (em

(5) Citação do artigo «O jornal-mercadoria», originalmente publicado na edição piemontesa do *Avanti!* em 27-12-1918. Traduzido e publicado em português no volume 1 de Escritos Políticos (Gramsci 1976: 297).

(6) Citação de artigo publicado no *Ordine Nuovo* em 1/11/1919; reeditado no volume *Ordine Nuovo*, 1919-1920 (Gramsci 1975: 464).

(7) Artigo de 28/2/1920; volume *Ordine Nuovo*, p. 473. Noutro artigo, é mencionado o carácter inédito do *Ordine Nuovo* por funcionar «sem reclames» nem apoios do Partido Socialista (idem: 448).

desenvolvimento, etc.). É certo que o elemento fundamental para o sucesso de um periódico é o ideológico, o facto de satisfazer ou não determinadas necessidades intelectuais-políticas. Mas seria um grande erro pensar que este seja o único elemento (...) (CC: 1741).

No mesmo texto, Gramsci defende a importância de vertentes materiais como o grafismo, o aspeto exterior de uma publicação ou a qualidade da tinta e do papel «para assegurar a fidelidade e a afeição» do público, e escreve que neles é difícil distinguir o lado «comercial» do lado «ideológico». Numa outra nota considera os próprios leitores como analisáveis de dois pontos de vista:

1) como elementos ideológicos, “transformáveis” filosoficamente, capazes, dúcteis, maleáveis às transformações; 2) como elementos «económicos», capazes de adquirir a publicação e fazer com que outros a adquiram. Os dois elementos, na realidade, não são sempre separáveis (CC: 1721).

Estas considerações são outra expressão de uma leitura marxista em que o cultural e o económico se interpenetram. E também são produto de um contexto onde, passado o imediato pós-guerra em que a revolução socialista tinha parecido possível, o filósofo da *praxis* procura novos enfoques da teoria para traçar as possibilidades de um projeto ideológico-cultural alternativo *dentro* de uma economia mercantil. Em contraste com outras teorias críticas, Gramsci supera a suposta oposição entre jornalismo comercial e cultural, presta atenção ao processo de empresarialização dos jornais e pensa a concorrência informativa «como forma do conflito social» (Denunzio 2017: 18). A industrialização da imprensa não gera em Gramsci uma reação desiludida de intelectual iluminista, e vê-a antes como processo de integração das massas populares nas dinâmicas sociais e políticas modernas.

Imprensa e movimento cultural

Um dos traços de união dentro da heterogeneidade dos escritos do cárcere é a ideia de «movimento cultural», que em Gramsci parece aliar o impulso político do marxismo ao projeto da modernidade iluminista.

A ideia de que os jornais desempenham um papel formativo é algo que está presente na imprensa europeia da época de forma transversal às famílias políticas e, no caso italiano, liga-se a um contexto de pouca escolarização. Não surpreende que o apelo cultural acompanhe todo o percurso de Gramsci, desde o jovem jornalista-militante que escreve dezenas de crónicas teatrais no *Avanti!* até ao teórico que elabora um pensamento sobre jornalismo. Em numerosas notas dos Cadernos do Cárcere surgem menções às funções culturais dos jornais (CC: 103), às ideias de divulgação de conhecimento (CC: 2273) e de expressão didáctica (CC: 975), ou ao processo de elevação do público (CC: 1029) e ao seu desenvolvimento intelectual (CC: 2264).

Uma das lentes de Gramsci para avaliar a imprensa «burguesa» parece ser, aliás, puramente cultural: se critica a sua desnutrição intelectual (jornais com «muita batata e pouco leite», onde «as ideias vão avançando lentamente, como velhinhas rugosas apoiadas a uma bengala»)⁽⁸⁾, também pode elogiar, quando nota que «o *Corriere della Sera* tem já uma notável série de colaboradores [na divulgação científica]» (CC: 2273). Há várias referências à falta de uma imprensa «média» em Itália, capaz de responder às necessidades de «uma certa massa de público que é mais ativa intelectualmente, mas só em estado potencial» (CC: 2263), assim como há alusões a jornais ingleses e alemães com suplementos que cumprem essa função tanto em temas económicos como literários, filosóficos e artísticos (CC: 727).

Mas o projeto moderno de emancipação intelectual da humanidade alia-se a uma perspetiva caracteristicamente marxista em dois aspetos. O primeiro é quando exprime a ideia de «jornalismo integral», definido como «aquele que não pretende somente satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) do seu público, mas visa criar e desenvolver estas necessidades e, portanto, suscitar, em certo sentido, o seu público e aumentar progressivamente a sua área» (CC: 2259).

Sem usar a mesma expressão, Gramsci ocupa-se noutros textos do papel da imprensa na expansão progressiva do movimento cultural operário e na necessidade de elevar o nível intelectual dos militantes do partido para melhorar uma organização política alargada (CC: 790 e 975)⁽⁹⁾. Uma das preocupações é que os novos membros de um movimento

(8) In «O jornal-mercadoria», volume 1 de Escritos Políticos (Gramsci 1976: 297).

(9) No cabeçalho do *Ordine Nuovo* o mote tinha como frase inicial «Instruí-vos, pois precisaremos de toda a vossa inteligência». O fracasso do biénio vermelho foi, em parte,

cultural em expansão possam encontrar na imprensa formas de superar o nível elementar com que nele ingressam, numa dialética entre a sucessiva superação de patamares por parte dos leitores e um serviço cultural progressivo por parte dos periódicos. Por isso, a formulação gramsciana da imprensa como sistema orgânico também envolve a ideia de publicações com vários graus culturais.

Um segundo aspeto propriamente marxista é uma forte ligação ao popular que também ela seja orgânica, e não paternalista. Para a imprensa cumprir um papel no processo de expansão cultural tem de funcionar em ligação a instituições «de tipo associativo de massa» e não com redações fechadas que a condenam a tornar-se culturalmente estéril (CC: 790). As experiências do *Avanti!* e do *Ordine Nuovo* parecem ter sido deste tipo, com as sedes dos próprios jornais a viverem em constante permeabilidade com o movimento operário de Turim. A questão é axial quer nas considerações acerca dos intelectuais italianos, quer nas análises sobre a literatura popular.

[Em Itália] Os intelectuais não vêm do povo, mesmo que acidentalmente alguns tenham aí a sua origem, não se sentem ligados a ele (retórica à parte), não conhecem nem sentem as suas necessidades, as suas aspirações e os seus sentimentos, mas são algo separado do povo, sem alicerces sólidos, ou seja, uma casta e não uma articulação com funções orgânicas do povo (CC: 2217).

A falta de raízes mergulhadas «no húmus da cultura popular» (CC: 1822) é o que também explica que não exista uma literatura «nacional-popular» em Itália e que os romances escolhidos pelos jornais para publicarem em folhetins e aumentarem a circulação sejam obras francesas do século anterior (CC: 2113 ss.). Gramsci valoriza os romances populares em séries, pois considera que os seus leitores são a base para uma possível «renovação moral e intelectual» (CC: 1821) e diz que nada impede a existência de uma literatura popular artística, como a «dos grandes romancistas russos» (CC: 2114). Rejeita, aliás, a sobranceria para com os «humildes», reconhecendo no povo «as suas [próprias] necessidades intelectuais e artísticas, que existem, mesmo que de forma elementar e confusa» (CC: 2118).

atribuído à insuficiência de elementos culturalmente preparados, e por isso aptos para a organização política.

Desde jovem que Gramsci condena o intelectualismo pedante, sendo algumas dessas críticas dirigidas a formas jornalísticas. Na verdade, a sua condição de intelectual parece ter sido singular no relacionamento com as classes populares. «Ao pé de Gramsci não sentíamos aquele peso, aquela distância que se sente quase sempre que um operário fala com um intelectual», testemunhou um trabalhador, colega de cárcere (Alfano 2020). Entre os intelectuais do marxismo ocidental da sua geração, Gramsci foi um caso único de infância pobre e vivência popular, em contraste com Lukacs (filho de um banqueiro), Adorno (cujo pai era negociante de vinhos) e outros que provinham de classes médias ou altas (Anderson 1989: 26).

Fragmentos de uma teoria da comunicação

As lentes através das quais o jornalismo é observado nos escritos da prisão têm também implícita uma concepção da comunicação que merece referência em três pontos: (1) o carácter comunicativamente peculiar das publicações periódicas; (2) um certo grau de dialogismo na relação com o público; (3) as práticas variadas da recepção.

(1) Se, para Gramsci, a imprensa tem um papel sociológico de coordenador cultural, por vezes mesmo de «direção política» (CC: 103) ou de «difundir uma concepção integral do mundo» (CC: 1719), por outro lado ele liga a cadência dos jornais a uma natureza comunicativa que «se aproxima muito da oratória e da conversação» (CC: 1890), marcada pela prontidão e pela prática adquirida na troca de argumentos, que faz com que os artigos sejam «em geral apressados, improvisados», e os poucos casos de especialização que existem nas redações sejam usados sobretudo «para improvisar melhor e mais depressa».

O carácter iterativo dos periódicos confere à própria argumentação jornalística uma configuração teatral, como uma sucessão de deixas e falas:

Nos jornais de opinião, a rubrica tem uma outra função: serve para reiterar os próprios pontos de vista, esmiuçar, apresentá-los em contraditório, com todas as facetas e casuística. Parece útil «didaticamente» este modo de «repetir», não mecanicamente e sem pedantismo, as próprias opiniões: a «repetição» adquire um carácter «dramático» e de atualidade, como uma obrigação de replicar a um adversário (CC: 1006).

(2) A existência de um certo grau de dialogismo é outro aspeto que aflora em notas do cárcere. A capacidade de implantação de um jornal depende, pelo menos em parte, de corresponder a necessidades do público e o próprio tipo de jornalismo não emana, para Gramsci, pura e simplesmente de intenções editoriais, mas dirige-se a expectativas percebidas nos leitores.

A caracterização dos jornais não se faz apenas segundo critérios de orientação política nem de conteúdo (informação ou opinião), mas também pelo tipo de leitores a que se dirigem, podendo distinguir-se nomeadamente os jornais para as «massas populares» e os jornais para um «público restrito» (CC: 2261).

(3) Ao ver a imprensa como instância de comunicação imbrincada na sociedade e nos seus processos de interação, o marxismo gramsciano tem um olhar sensível à segmentação classista da receção e aos matizes nela envolvidos: «O mesmo raio luminoso, ao passar por diferentes prismas, é refratado diferentemente» (CC: 2268).

Esta visão abrange não só a comunicação de ideias, mas também os consumos e as práticas do público. Quanto às ideias políticas, nem são elas que levam os estratos populares a comprarem um jornal (e por isso a imprensa de opinião tem pouca difusão popular) nem há uma relação clara das pessoas com essas ideias: «Em geral, os leitores não têm a opinião do jornal que compram e são pouco influenciados por ele» (CC: 2115).

Por outro lado, Gramsci introduz a perspetiva das mediações sociais na relação do público com a imprensa. A compra do jornal pelo «homem do povo» não é, na sua visão, uma escolha pessoal, mas frequentemente uma decisão familiar, onde se incluem o peso dos romances de folhetim e os interesses do público feminino. O público da imprensa, além de fortemente segmentado em termos de graus culturais, inclui ainda «uma grande multidão que nem sequer lê jornais e que forma convicções através da pura conversação esporádica com pessoas do mesmo nível, mas que leem jornais» (CC: 1890)⁽¹⁰⁾.

Pode parecer estranho que um publicista revolucionário na juventude e um filósofo da *praxis* que na prisão continua a teorizar sobre o papel da

(10) Com esta observação, Gramsci está a colocar, em 1929 ou 1930 (datas do 1º caderno do cárcere), a hipótese que década e meia mais tarde se tornaria influente na comunicação política como *two-step flow of communication*.

imprensa nos movimentos culturais operários possa, ao mesmo tempo, ter uma visão tão matizada da relação comunicativa dos jornais com os leitores, e em particular com o público popular. Isso deve-se a dois fatores centrais no pensamento gramsciano: a percepção da complexa elaboração que envolve os processos culturais; e a teorização da hegemonia, com a inerente forma de encarar os aspetos ideológicos.

O espaço «civil» do senso comum e da hegemonia

As mudanças culturais, nos modos de pensar, nas crenças e opiniões, são fenómenos que não se dão por explosões rápidas e generalizadas, mas sim por combinações sucessivas e graduais, sob formas díspares e não controláveis por uma autoridade, escreve Gramsci no caderno dedicado ao jornalismo. Nessas lentas transformações, diversos estratos das ideologias vão-se combinando de modos variáveis: «por vezes, o que se tornou “ferro-velho” na cidade é ainda um “utensílio” na província» (CC: 2269).

No campo da imprensa, Gramsci aponta as metamorfoses da crítica de costumes, que no século XVIII era exercida pelas revistas moralizadoras e que depois se transmutou em vários modelos separados, um no campo católico com as suas publicações, outro no campo «civil» com as revistas humorísticas, por um lado, e com as crónicas urbanas e judiciárias dos diários, por outro. O olhar gramsciano vê neste movimento uma via pela qual o leitor médio transita da moral religiosa para a civilidade moderna através de um vetor da imprensa que pertence à esfera do senso comum, cuja ação contribui para modificar a opinião de uma sociedade criticando, sugerindo, corrigindo e introduzindo novos lugares-comuns.

É neste tipo de influxo profundo que Gramsci parece situar as possibilidades de transformação cultural (e, depois, política) com a participação dos jornais, caso estes vão ao encontro de cada estrato social e do seu senso comum, que corresponde à sua conceção de vida mais difundida e entranhada, mas que não é rígida nem imóvel e onde também se podem ir infiltrando noções científicas e filosóficas que acabam por passar para a esfera dos costumes.

A questão da ideologia, por sua vez, requer que ela não seja vista apenas como conteúdo do senso comum, mas sim em ligação com a «estrutura» material da sociedade. Note-se que Gramsci criticou as leituras «mecânicas» do materialismo histórico e defendeu que o desenvolvimento

da estrutura material e da ideologia é «necessariamente interrelacionado e recíproco» (CC: 193), formando no seu conjunto um «bloco histórico» em que as crenças podem ter tanta energia como as forças materiais.

A implicação da teoria gramsciana para o campo da imprensa é uma valorização do seu papel, pelas possibilidades de relação dialética com a estrutura material da sociedade, mas também porque as ideologias formam um todo visto por Gramsci como complexo e contraditório, cujos consensos se devem a um equilíbrio provisório alcançado por uma determinada hegemonia.

A noção de hegemonia é o principal legado de Gramsci, mas curiosamente a sua ligação à imprensa é sumária nos escritos do cárcere e o conceito nem é abordado no caderno dedicado ao jornalismo. Noutros parágrafos, a articulação explícita entre imprensa e hegemonia faz-se principalmente através da noção de opinião pública. Gramsci atribui à luta da burguesia pela hegemonia a emergência histórica da opinião pública, em cujos órgãos, a par de associações e partidos, se incluem os jornais: «Aquilo a que se chama opinião pública está estreitamente ligado com a hegemonia política e é o ponto de contacto entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre o consenso e a força» (CC: 914).

É na procura de perceber as fontes do consentimento ao capitalismo, diversas do poder coercivo do Estado, que Gramsci vai situar o ponto em que uma ideologia atinge a hegemonia e produz, «não só uma unificação de objetivos económicos e políticos, mas também uma unidade intelectual e moral» (CC: 1584) capaz de transladar ideias corporativas para um plano aceite como universal. A força da hegemonia está no seu valor epistemológico (pois instaura uma forma de conhecimento e uma conceção do mundo), mas também no facto de o grupo dominante ter em conta alguns interesses dos subalternos e, mediante determinadas cedências, alcançar um equilíbrio (instável) que obtém o consentimento sem pôr em causa o essencial ⁽¹¹⁾.

Ao caracterizar a imprensa como «a parte mais dinâmica» da estrutura ideológica, Gramsci não deixa de vê-la como parte do «formidável complexo» de instituições em que a classe dominante se fortifica e que produzem a sua hegemonia (CC: 333). Contudo, os jornais situam-se num espaço que, para Gramsci, caracteriza a Europa ocidental: a sociedade civil, espaço institucional específico entre a economia e o Estado, que atua maleavelmente para estabilizar o sistema capitalista e ao qual este

(11) Sobre hegemonia ver em particular Caderno 10 (II) e Caderno 13 (XVII e XVIII).

deve a sua capacidade de adaptação e superação de crises (Burawoy 2003: 198). O carácter «privado», espaço de iniciativa e subjetividade individual, já foi assinalado como o traço fundamental da sociedade civil em Gramsci (Santos 1987: 150) e é nele que também se insere o princípio da autonomia profissional que se tornou basilar no desenvolvimento do jornalismo noticioso nas democracias ocidentais.

Por um prisma gramsciano, este profissionalismo faz parte do modo dúctil e dinâmico em que se constrói a hegemonia ideológica a partir da sociedade civil, mas esse mesmo dinamismo sublinha, por outro lado, a configuração historicamente específica e transformável da própria sociedade civil, que também forma um terreno de luta. Por estas razões, ao mesmo tempo que está mergulhada numa conceção hegemónica do mundo, a imprensa dispõe, aos olhos de Gramsci, de uma autonomia relativa que lhe permite articular um «movimento cultural» alternativo, embora a sua ação ideológica não seja imediata e tenha de se fazer em sintonia com as tendências presentes nas relações sociais da «estrutura».

Um jornalismo compreensivo

Uma série de aspetos presentes nos Cadernos do Cárcere, como a valorização de saberes técnicos, a defesa do ensino não propagandístico do jornalismo e a crença de que ele tenderá a tornar-se «uma indústria mais complexa e um organismo civil mais responsável» (CC: 2274) apontam para a crescente identificação dessa componente de autonomia jornalística e remetem para temas relacionados com o exercício profissional, entre os quais a independência.

A distinção, que Gramsci aceita, entre jornais de informação e jornais de opinião não significa que os primeiros sejam vistos como ideologicamente neutros. Embora a imprensa de informação e a de opinião se distingam pelo facto de a primeira não ter ligação «explícita» a partidos, a distinção é usada por Gramsci sobretudo num sentido «técnico», prendendo-se com a valorização da função de «atualidade» que compete aos periódicos: por exemplo, Gramsci caracteriza os jornais «modernos» pela abundância de noticiário internacional (CC: 2262) e critica os redatores de jornais de província por descurarem o resumo do quotidiano (CC: 777). Longe de equiparar jornalismo de informação a independência ideológica, Gramsci não menospreza o pluralismo

jornalístico ou as condições para o desenvolvimento da profissão, leitura que deve ser entendida no contexto do fascismo.

Por outro lado, as notas sobre o ensino do jornalismo fazem luz sobre qual o entendimento que Gramsci tem da independência na profissão:

(...) deveriam ser planeadas escolas de jornalismo se se quer que a profissão saia do estádio primitivo e diletante em que hoje se encontra, se torne qualificada e tenha completa independência, isto é, que o jornal tenha condições de oferecer ao público informações e juízos não ligados a interesses particulares. Se um cronista informa o público «jornalisticamente», como se diz, isso significa que aceita sem crítica e sem um juízo independente informações ou juízos, através de entrevistas ou confidências, de pessoas que pretendem servir-se do jornal para promover determinados interesses particulares (CC: 778).

Aquilo que Gramsci vê como verdadeira independência jornalística é indissociável da capacidade crítica e é por isso que considera «vital» que o jornalismo, «tecnicamente entendido», seja ensinado e que não se deixe o jornalista «formar-se por si, casualmente, através da prática» (CC: 2274). Esta qualificação, que tornaria o profissional apto a não se deixar manipular no seu trabalho de informação pública, implica adquirir uma preparação que o coloque em posição de não abdicar de interpretar, de dizer a verdade e de não funcionar como mero transmissor.

No pensamento gramsciano, a principal função do jornalismo é analisar e compreender. Por isso, a sua noção de qualificação remete para um conhecimento substantivo e as suas referências à «técnica» têm um sentido mais lato do que o domínio de mecanismos práticos. Conhecer «a vida orgânica de uma grande cidade» e ser capaz de colocar cada problema de atualidade nesse quadro compreensivo – usando as técnicas comunicativas do jornalismo para o fazer sem superficialidade nem pedantismo –, é o tipo de preparação que Gramsci imputa a cronistas, redatores principais e chefes de secção (CC: 778). As escolas de jornalismo (com lições de história, economia, direito) devem estender essa aptidão à generalidade dos redatores e repórteres (CC: 2275).

Várias técnicas jornalísticas mais formais são também aludidas por Gramsci: a variedade textual, a inventividade dos títulos, o «grão de sal» na expressividade, os modos de articular a atualidade com a análise e a informação de fundo, os ângulos de abordagem dos temas internacionais,

e até aspetos de cariz gráfico, como a configuração da página ou o corpo da letra⁽¹²⁾. Que Gramsci considera existir no jornalismo uma certa autonomia entre técnica e ideologia, provam-no os vários exemplos de qualidade apontados em órgãos conservadores.

No entanto, para Gramsci, a técnica jornalística por excelência é o apetrechamento intelectual, visão que não se pode dissociar de um olhar sobre o jornalismo também como projeto de desenvolvimento cultural do próprio público.

A categoria profissional dos jornalistas

No pensamento de Gramsci os intelectuais são uma categoria sociológica difusa e díspar que se ampliou extraordinariamente na modernidade e que, além de «criadores» como os cientistas e os filósofos, engloba aqueles que desempenham funções organizativas ou dirigentes, dos quadros da indústria aos notários, padres e professores primários, médicos e advogados. O intelectual de meio rural tinha uma função de mediação entre o Estado e uma sociedade de camponeses e artesãos. Por um lado, representava toda uma tradição cultural do povo; por outro, enquadrava-o segundo a lógica da classe dominante, mas tendendo a ver-se a si próprio como autónomo.

Característico do capitalismo é, segundo a abordagem gramsciana, que os intelectuais não constituam uma classe em si mesmos, mas se dividam em grupos gerados por cada classe social e tenham um trabalho especializado de organização e conexão que vai dar «homogeneidade e consciência» às respetivas classes (CC: 1513). O conceito de «intelectual orgânico» designa esta gestação classista, e vê-os essencialmente no desempenho de um papel funcional, na medida que o seu labor também visa produzir um senso comum hegemónico e obter o consentimento espontâneo de outros grupos sociais.

O critério da identificação dos intelectuais não deve ser procurado no tipo de atividade e sim no sistema de relações sociais em que as suas funções se exercem, sendo que a medida de «organicidade» de um grupo intelectual

(12) A diversidade de aspetos que Gramsci vai abordando é certamente devedora da sua própria experiência, sobretudo no *Ordine Nuovo*, em que juntamente com os colegas, além de escrever uma variedade de artigos, traduzia, revia, fazia emendas, paginava o jornal, endereçava, empacotava e preparava a expedição (Gramsci 1975: 464). Uma das notas dos Cadernos do Cárcere indica o projeto para um manual de jornalismo.

reside no grau de «estrita conexão» com uma classe «fundamental» (CC: 1516-18). Por outro lado, a produção de intelectuais não é abstrata e cada sistema social tem os seus canais mais ou menos especializados em gerar certas categorias a partir de determinados segmentos de classe, como funcionários públicos com origem na pequena burguesia rural ou profissionais liberais com origem na média burguesia citadina.

Os jornalistas são colocados explicitamente na categoria ampla dos intelectuais, mas Gramsci nunca chega a elaborar um pensamento sobre eles como grupo social nem sobre a sua articulação com o sistema de classes. Não restam dúvidas, porém, que vê os jornais e os jornalistas conectados com uma ou outra «classe fundamental» (os industriais, no caso do *Corriere della Sera*, ou a burguesia agrária, no *Secolo*), ao passo que a imprensa operária visa desenvolver um movimento cultural com base nos seus intelectuais orgânicos.

Crucial para uma leitura gramsciana do campo jornalístico é a ideia de que algumas categorias de intelectuais, sobretudo os de tipo tradicional e o «grande intelectual», têm o sentimento de serem «autónomos e independentes do grupo social dominante» (CC: 1515). Esta percepção de autonomia é considerada funcional para a própria classe dominante, pois coloca os seus intelectuais em posição de atuarem como consciência crítica dessa mesma classe, tornando-se instrumentais na deteção de crises e na preservação do seu domínio (ver CC: 1513-24). Os jornalistas, escreveu Gramsci, consideram-se literatos e vêem-se a si próprios como «os “verdadeiros” intelectuais», à maneira do intelectual tradicional (CC: 1551).

A questão da intelectualidade é também colocada em análises interiores ao campo jornalístico. Numa delas, Gramsci identifica hierarquizações na orgânica das publicações e na circulação de redatores entre jornais principais e secundários, sendo que uma das distinções sugeridas nessa «divisão orgânica do trabalho» jornalístico (CC: 778) é precisamente entre um labor de maior exigência intelectual (mobilizando saber literário e responsabilidade política) e um labor corrente e não especializado – ou mesmo a cargo de «escrevinhadores» da redação (CC: 1006). Esta situação é lamentada no plano normativo, onde Gramsci aponta a necessidade de preparação «técnica» para qualificar mais amplamente a profissão. Mas numa dimensão ideológica pode inferir-se para o campo jornalístico aquilo que escreve a propósito da divisão genérica entre os intelectuais «criadores» e os humildes «divulgadores» (CC: 1519), os primeiros (grandes cronistas e diretores) como consciência

ideológica da classe fundamental e os segundos (redatores secundários e repórteres) enquanto seus aplicadores, com «forte espírito de corpo e orgulho» (CC: 1520), no labor de coletar e difundir informação.

Por outro lado, Gramsci distingue entre trabalho intelectual e maneirismo ou superioridade de «casta». Critica o pedantismo, as bazófias estilísticas e os que se põem «em bicos de pés» (CC: 1738), como o redator pretensioso (abundante nos semanários de província) que tenta brilhar com teorias banais em artigos de fundo (CC: 776-7). Vê na intelectualidade uma especialização «técnica», não inata, que implica qualificação e treino para deduzir, relacionar e generalizar, mas advoga-a no jornalismo como modo de imersão nos movimentos culturais: o «novo intelectual já não pode consistir na eloquência (...), mas na sua integração na vida prática, como um construtor, um organizador» (CC: 1551).

Notas finais

Situadas entre as décadas de 1910 e 1930, as ideias de Gramsci sobre jornalismo estão ancoradas num período de transição para uma imprensa mais noticiosa, que em Itália coincide com o crescimento da alfabetização, o alargamento do sufrágio e a incorporação das classes populares no processo político. Nesse contexto, o pensamento gramsciano entronca a imprensa no projeto emancipatório da modernidade e dá-lhe um cunho marxista de cariz cultural onde o desenvolvimento do humano é indissociável da dinâmica dos grupos sociais. A integração histórica das camadas populares na comunicação de massas em contexto mercantil abre, para Gramsci, um espaço dúctil e complexo, em que o jornalismo nem é mera correia de transmissão hegemónica nem categoria profissional simplesmente autónoma.

Na sua fragmentação, as ideias de Gramsci articulam várias dimensões da imprensa: (1) como forma cultural cujo estudo diacrónico permite identificar nos géneros textuais profundas mudanças, embora graduais e subtis, no senso comum; (2) como eixo de relações sociais de cujas dinâmicas vai resultando a relocalização do próprio jornalismo na sociedade e a sua inserção em novas reconfigurações do poder; (3) como materialidade concreta e forma económica, aspetos decisivos na relação com o público; (4) como trabalho intelectual com qualidades específicas e com um horizonte crescentemente profissional.

Mau grado a sua militância política, para Gramsci a força do jornalismo nunca esteve na capacidade de persuadir o público de modo centralizado e unidirecional, mas sim na sua dupla potencialidade de trabalho analítico e de imersão concreta na vida social. É nessa dupla faceta que, no pensamento gramsciano, a imprensa exerce um papel de crítica (que, por mecanismos de distanciamento, pode ter função de autoconsciência para um grupo social) e, ao mesmo tempo, toma parte verdadeiramente integrante num movimento cultural, que agrega e metaboliza a partir das dinâmicas moleculares da sociedade civil.

Bibliografia

- Alfano, Lorenzo (2020, janeiro 22). “Gramsci in carne e ossa”, *Jacobin Italia*, s/p. URL: <https://jacobinitalia.it/gramsci-in-carne-e-ossa/> [acesso em 7/7/2021].
- Anderson, Perry (1989). *Considerations on Western Marxism*. Londres: Verso.
- Burawoy, Michael (2003). “For a Sociological Marxism: The Complementary Convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi”, *Politics & Society*, 31, 193-261.
- Denunzio, Fabrizio (2017). “Introduzione”, in Antonio Gramsci, *Sul giornalismo: Un percorso attraverso i Quaderni del carcere*. Nápoles: Orthotes, 7-26.
- Fiori, Giuseppe (1968). *Vida de Antonio Gramsci*. Barcelona: Península.
- Gerratana, Valentino (1977). “Prefazione”, in A. Gramsci, *Quaderni del Carcere*. Turim: Einaudi, xi-xli.
- Gramsci, Antonio (1975). *Ordine Nuovo*. Turim: Einaudi.
- « - » (1976). *Escritos Políticos*. Lisboa: Seara Nova.
- « - » (1977). *Quaderni del carcere*. Turim: Einaudi.
- « - » (1991). *Il giornalismo*. Roma: Editori Reuniti.
- « - » (2017a). *Il giornalismo, il giornalista. Scritti, articoli, lettere del fondatore de «l'Unità»*. Org. G. L. Corradi. Florença: Tessere.
- « - » (2017b). *Sul giornalismo: Un percorso attraverso i Quaderni del carcere*. Nápoles: Orthotes.
- Richeri, Giuseppe (2005). “Réflexion sur Gramsci et le journalisme”, *Quaderni*, 57, 85-91. URL: https://www.persee.fr/doc/quad_0987-1381_2005_num_57_1_1663 [acesso em 07/07/2021]
- Santos, João Almeida (1987). *O Princípio da Hegemonia em Gramsci*. Lisboa: Vega.